

bado, 15, e segunda-feira, 17 de setembro de 1984

COM

SELLER
REVENDEDOR CREDENCIADO EM SAO PAULO - SP
TEL.: 543.6088*Economia - Brasil*

Recessão custou ao País Cr\$ 40,5 trilhões em 83, diz Carlos Chiarelli

por Walter Diogo
de Angra dos Reis

A recessão da economia custou ao País, em 1983, Cr\$ 40,5 trilhões — isto é, US\$ 27 bilhões, a preços de hoje —, de acordo com cálculos do próprio governo. A informação foi prestada pelo senador Carlos Chiarelli (PDS-RS), durante o Seminário Internacional sobre Desemprego, sexta-feira, em Angra dos Reis, acompanhada do esclarecimento de que esses números foram revelados pelo ministro do Trabalho, Murillo Macedo, em recente conferência na Escola Superior de Guerra (ESG), para demonstrar aos estagiários da ESG que a recessão custou ao Brasil, no ano passado, mais do que os encargos da dívida externa.

“O que o Brasil perdeu com a recessão, no ano passado, foi superior ao montante da dívida interna do governo em 1983, ao que se pagou de juros aos banqueiros internacionais e representou 20% do Produto Interno Bruto”, afirmou Chiarelli. Segundo ele, no ano passado o Brasil perdeu Cr\$ 4,5 trilhões com a redução da produção de alimentos; Cr\$ 1,1 trilhão com encargos sociais e outros impostos que deixou de arrecadar Cr\$ 1,2 trilhão com o aumento de despesas com saúde e programas de alimentação de emergência, para evitar saques, depredações e outros problemas sociais correlatos; Cr\$ 4,7 trilhões com a perda dos investimentos em educação e formação de profissionais, que não conseguiram ingressar no mercado de trabalho e Cr\$ 29 trilhões com a redução da produção industrial, devido à retração das compras.

te sobre desemprego, no Seminário Internacional, já se constatou que as estratégias européias não são a melhor alternativa para resolver o problema brasileiro. O Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social (Ilides) e o Diálogo Brasil-Europa, entidades que promovem o encontro, trouxeram vários especialistas e políticos europeus para debater com deputados, senadores, economistas, sociólogos e líderes sindicais brasileiros. Mas não se encontraram identidades.

O deputado do Partido Socialista Italiano, Enrico Manca, disse que a automatização acelerada é o fator que está gerando desemprego maciço na Itália. Manca analisou o caso brasileiro e explicou que é um problema vinculado especificamente ao pagamento da dívida externa. Na sua opinião, a solução da crise brasileira depende de uma negociação, através do diálogo Norte/Sul. Enrico Manca não acredita que os países latino-americanos possam pagar suas dívidas e propõe que os governos sejam intransigentes nas negociações e não aceitem a imposição de políticas recessivas.

EMERGÊNCIA

O secretário de Obras do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Alfredo Salomão, em sua exposição, disse que os estados e municípios têm condições de gerar cerca de 100 mil novos empregos diretos, através de frentes de trabalho, se o governo federal lhes destinar Cr\$ 400 bilhões para aplicar na área social. Salomão denunciou que o governo federal concentrou em suas

O senador gaúcho criticou a política do governo, salientando que “ela nada tem a ver com o programa do PDS”. Chiarelli afirmou também que o ministro Delfim Netto “jamais pertenceu ao PDS, executando uma política independente, ditada por sua cabeça”. Na opinião de Chiarelli, a economia brasileira precisa voltar a crescer, urgentemente, para gerar mais empregos. No entanto, para acabar com o desemprego, o senador propõe um plano mais radical: restabelecer o direito de greve, desatrelar os sindicatos do governo, mudar toda a legislação da CLT e voltar à antiga Lei da Estabilidade em lugar do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

DESEMPREGO

No primeiro dia de deba-

mãos “todos os recursos disponíveis” para investimento na área social e se recusa a entregar recursos aos municípios, “os únicos polos capazes de gerar emprego em caráter de emergência e com rapidez para neutralizar a crise social”.

O economista César Maia, secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o senador Saturnino Braga (PDT-RJ) também criticaram duramente o governo federal. César Maia afirmou que o governo federal não está sequer transferindo, regularmente, os recursos que arrecada em nome dos estados. “O governo federal se apropria dos recursos dos estados para impedi-los de investir na área social, reduzindo ainda mais as possibilidades de se gerar novos empregos”, denunciaram Maia e Braga.